

ENSAIO FILOSÓFICO

O CRIADOR

Além da obediência

MAKSYM STEPANENKO

Sobre a consciência moral, a liberdade e a possibilidade de novos mundos

PRIMEIRA EDIÇÃO EM PORTUGUÊS

OTTAWA · 2026

O CRIADOR

Além da obediência

Sobre a consciência moral, a liberdade e a possibilidade de novos mundos

MAKSYM STEPANENKO

Ensaio filosófico · Ottawa · 2026

Sumário

Sobre este livro

O DIREITO DE DUVIDAR

Prefácio. A dúvida com que tudo começou

Capítulo um. Antes da primeira flecha

Capítulo dois. Um ser capaz de fazer milagres

Capítulo três. A soberba à porta do templo

UM MUNDO SEM VEREDITO PRONTO

Capítulo quatro. O Universo não tem sinal de mais

Capítulo cinco. O direito de quem cria

Capítulo seis. Raios que voltam à fonte

Capítulo sete. Quando o silêncio começa a falar

A OFICINA DOS MUNDOS

Capítulo oito. A oficina de uma pessoa comum

Capítulo nove. Depois da pirâmide

Capítulo dez. A morte da forma, a vida da matéria

Capítulo onze. Uma força que sabe deixar ir

Capítulo doze. Três projetos de universo

A LIBERDADE DA CRIATURA

Capítulo treze. Aquele que não larga a pergunta

Epílogo. Um começo, não um cume

Posfácio. O que neste livro é hipótese

Sugestões de leitura

DEPOIS DO LIVRO: UMA OFICINA DE PERGUNTAS

Oficina prática. Não acredite sob palavra nem mesmo neste livro
Doze perguntas que continuam em aberto
Rascunho de uma ética pessoal do criador
A última página. Um mapa inacabado
Sobre o autor
Dados da edição

Sobre este livro

Quem tem o direito de decidir o que é o bem e o que é o mal? E o poder de criar um mundo dá o direito de dispor da vida de quem nele habita?

Tudo começa com a dúvida de um homem que se vê obrigado a cumprir uma ordem vinda do alto. Das perguntas feitas à *Bhagavad Gita* e a narrativas antigas, a conversa passa ao poder, à consciência moral, à natureza da mente e a um futuro possível em que os criadores já não se colocam uns acima dos outros e aprendem a coexistir.

O Criador: além da obediência é um ensaio filosófico sobre liberdade, responsabilidade e o preço da certeza. Não é um tratado religioso nem uma tentativa de provar como o Universo é feito. É um convite a raciocinar, a contestar até as verdades bonitas e a procurar uma moral que comece pela capacidade de ouvir o outro, e não pela obediência.

O livro termina com uma oficina prática e perguntas para a reflexão pessoal.

O DIREITO DE DUVIDAR

Prefácio. A dúvida com que tudo começou

Ao entardecer, o quarto parece maior. A mesa já foi tirada, as janelas das casas vizinhas vão se apagando, e só um pensamento teima em não se aquietar: se alguém é capaz de criar um Universo inteiro, sou obrigado a considerá-lo bom? A pergunta incomoda, e não porque seja proibido respondê-la. Incomoda porque obriga a rever todas as palavras com que nos acostumamos a nos proteger do desconhecido: “sagrado”, “superior”, “predestinado”, “devo”.

Para essa discussão, uma pessoa comum não dispõe de um laboratório fora do cosmos nem de acesso aos arquivos da eternidade. Tem apenas a experiência de viver, a capacidade de raciocinar, o testemunho dos outros — e a inquietante possibilidade de tomar uma explicação bonita por uma prova.

Imagine que alguém procura um homem e declara: “Para salvar o todo, você tem de sacrificar uma parte.” O homem pede que lhe expliquem por quê. Mostram-lhe um mapa do mundo, a história das guerras, livros antigos e, por fim, uma visão aterradora do abismo cósmico. “Agora você entende?”, pergunta o visitante. Mas a pergunta mais difícil só surge depois de tudo isso: como sabemos que o poder sobre a realidade confere poder sobre uma decisão moral?

Este raciocínio não terá um vencedor conveniente. Ninguém aqui declara Deus culpado e dá razão ao homem. O que se tenta é desmontar o próprio procedimento do julgamento: quem tem o direito de proferir a sentença final, de que dados esse juiz dispõe

e que preço paga pelo erro aquele a quem nunca deram a palavra.

Teremos de começar por uma cena antiga, em que um homem de arma na mão de repente deixa de ver inimigos à sua frente e volta a ver pessoas.

O direito de perguntar talvez seja o dom mais importante que qualquer criador possível poderia nos dar.

Este ensaio nasceu de um longo diálogo. Começou com episódios da epopeia indiana, passou ao problema dos mandamentos divinos, depois à estrutura do bem e do mal, à natureza do Absoluto e, por fim, à hipótese de que os seres conscientes não são apenas criados: aos poucos, eles mesmos se tornam criadores. Não há aqui nenhuma tentativa de provar a existência de Deus, de uma evolução espiritual ou de múltiplos universos. É uma investigação sobre quais conclusões de fato decorrem das nossas premissas e quais apenas nos acostumamos a considerar óbvias.

Sua ideia central é simples e incômoda: mesmo que alguém tenha criado a existência, a liberdade da criatura não precisa ser um erro de quem a criou. Talvez seja justamente essa liberdade o sentido da criação.

Pelo caminho, teremos de abrir mão mais de uma vez das nossas próprias conclusões bonitas. O bem deixará de coincidir com a criação. A destruição, com o mal. O poder, com a autoridade moral. E o amadurecimento espiritual talvez não se pareça em nada com uma marcha rumo ao trono.

E se, depois de todos esses recuos, surgir alguma imagem de criador, talvez seja a de um ser que sabe não apenas fazer, mas também deixar ir o que fez.

Capítulo um. Antes da primeira flecha

Diante de uma batalha, nada é abstrato. As narinas do cavalo estão úmidas; por trás das lanças erguidas movem-se rostos conhecidos. De longe, os dois exércitos parecem duas faixas escuras, mas de perto a faixa se desfaz em pessoas: um velho ajeita uma correia, um menino segura uma arma pela primeira vez, alguém pensa em casa. Na epopeia, esses detalhes não chegam a formar uma cena à parte, como numa reportagem; eles nos ajudam a imaginar o que a palavra abstrata “guerra” costuma esconder.

É por isso que a resistência de Arjuna importa tanto. Enquanto o carro de guerra ainda avança para o seu lugar entre os exércitos, a discussão pode ser travada com palavras como “justiça”, “reino” e “dever”. Quando ele vê os rostos, entra em cena outra língua — a língua das perdas concretas.

No *Mahabharata*, Arjuna está entre dois exércitos e se recusa a atirar. De um lado estão parentes, mestres e amigos; do outro, as mesmas pessoas, ligadas a ele de outra maneira. A guerra promete restaurar a justiça, mas o seu preço são os corpos de gente que ele conhece pelo nome. Sua hesitação costuma ser chamada de fraqueza, apego, falta de firmeza espiritual. Mas é possível inverter a pergunta: e se a dúvida de Arjuna for a conquista moral mais importante de todo o episódio?

Duvidar não é negar o dever. Significa que a palavra “dever”, sozinha, não tem o poder de anular as consequências de um ato. É possível defender a justiça e, ao mesmo tempo, não querer matar. É possível aceitar que a resistência é necessária e ainda

assim exigir provas de que a guerra, especificamente, é o meio necessário de resistir.

Mas seria fácil demais transformar esse herói num pacifista moderno a quem um deus antigo impõe uma moral ultrapassada. A *Bhagavad Gita* não trata apenas das vítimas da guerra. Ela pergunta como agir quando abster-se de agir também causa dano. Arjuna não é um espectador civil que resolveu simplesmente não mexer com ninguém. É um guerreiro, parte de um conflito político, portador de obrigações das quais outros dependem. Renunciar à luta também pode entregar o poder a quem está disposto a usá-lo sem limites.

Estamos diante de uma verdadeira tragédia: duas exigências morais entram em choque, e nenhuma fórmula consegue manter as duas intactas. Defenda a justiça. Não faça das pessoas um meio. Às vezes não há como cumprir as duas por inteiro. Mas do choque entre elas ainda não decorre que uma possa ser anulada para sempre.

A grandeza do fim não nos dispensa de provar que os meios são necessários.

Na *Bhagavad Gita*, Krishna descortina diante de Arjuna outra visão: a vida do corpo é passageira, o verdadeiro Eu é indestrutível; deve-se agir sem apego à recompensa; o destino dos guerreiros aparece como parte de uma ordem cósmica mais ampla. Dentro da narrativa religiosa, esses argumentos tiram sua força da natureza divina de quem os pronuncia. Mas basta passar da epopeia à ética prática para que surja uma tensão.

Se matar se justifica pelo fato de todos serem mortais, então a morte pode ser justificada em qualquer lugar. Se a destruição se explica por uma harmonia futura, é preciso mostrar por que não

se pode chegar a essa harmonia de outro modo. Se a ordem vem de um ser supremo, é preciso estabelecer como sabemos que ele é de fato supremo — e que a altura da sua posição é também a altura da sua moral.

O *Mahabharata* é complexo demais para caber no slogan "os fins justificam os meios". Não anula o luto dos vencedores nem transforma o campo de batalha numa sala de cirurgia impecável. Por isso mesmo, é mais útil lê-lo como uma tragédia da escolha moral do que como uma indulgência para a violência em nome de palavras elevadas.

Muitos séculos depois, Gandhi proporia ler esse campo de batalha também como um drama interior do ser humano. A ética cristã, com seu amor ao inimigo, imporia outro limite à retribuição. E a não violência encontraria suas próprias perguntas difíceis: o que fazer com quem usa a nossa índole pacífica como arma contra os fracos?

E, no entanto, antes que parta a primeira flecha, resta um segundo que a história risca com frequência demais. Um segundo em que se pode perguntar: "Será que esgotamos mesmo todo o resto?" Talvez a moral comece exatamente aí, na recusa de riscar esse segundo.

Capítulo dois. Um ser capaz de fazer milagres

Deixemos o templo e o campo de batalha e imaginemos a praça de uma grande cidade. Uma fenda luminosa se abre sobre os telhados, e dela sai um desconhecido. Ele sabe o nome de cada um dos presentes, ergue pedras com um só olhar e mostra uma imagem do futuro tão precisa que os que duvidavam se calam. Depois pede um ato que, ainda naquela manhã, todos teriam julgado inadmissível.

Não vamos reduzir seus poderes a truques: neste experimento mental, eles são reais. Isso torna a pergunta ainda mais rigorosa. Se o milagre de fato aconteceu, que afirmação, exatamente, ele provou?

Suponhamos que estamos diante de um ser capaz de alterar a matéria, prever acontecimentos e exibir mundos de cuja existência nem suspeitávamos. Ele afirma ter criado o Universo. Admitamos até que todos os seus milagres sejam verdadeiros.

O que foi provado? Seu poder. Talvez seu conhecimento. Mas não sua bondade.

Saber o que vai acontecer não equivale a saber o que deve acontecer. Saber criar não equivale a ter o direito de destruir. A capacidade de dispor do espaço e do tempo não prova a capacidade de distinguir sem erro o justo do injusto. E a pergunta não desaparece nem mesmo se o interlocutor for de fato o criador. Na vida comum, esse erro é cometido o tempo todo, só que no lugar do milagre entra o poder. Alguém sabe ganhar bilhões — e lhe perguntam sobre o sentido da vida. Alguém é capaz de comandar exércitos — e suas palavras passam por medida da justiça.

Alguém constrói uma tecnologia que funciona — e de repente ganha crédito em questões de liberdade que essa tecnologia jamais investigou.

Transferimos a competência de um campo para outro, como se a força fosse, por si só, uma prova universal. No entanto, nem o sucesso, nem a capacidade de prever, nem mesmo a criação efetiva de um mundo são uma resposta pronta à pergunta sobre o que é permitido fazer com quem vive dentro dele.

O milagre prova um poder extraordinário. Não prova um direito moral.

Surge aqui um dilema antigo, conhecido desde o *Eutífron* de Platão: o bem é bom porque a divindade o quer, ou a divindade o quer porque ele é bom? No primeiro caso, a moral corre o risco de depender de uma vontade que não somos capazes de avaliar. No segundo, o critério do bem é, em certo sentido, logicamente independente da própria ordem.

Existe ainda uma terceira resposta: a natureza divina é idêntica ao bem, e por isso a vontade de Deus não pode ser arbitrária. Mas, para quem está diante do fazedor de milagres, o problema prático continua. Por quais sinais distinguir essa natureza de uma imitação infinitamente talentosa? E por que a própria capacidade de duvidar deveria ser tomada como ofensa ao que é mais alto?

Talvez seja este o direito mínimo de um ser consciente: mesmo depois de ver um milagre, ele não é obrigado a tomá-lo como prova moral.

O desconhecido da praça talvez tenha mesmo criado as estrelas. Seu poder pode ser inimaginável. Se ele é sábio, deve ser capaz de suportar a pergunta de um ser a quem ele próprio deu a

capacidade de perguntar. Se a pergunta lhe é insuportável, vamos precisar de ainda mais cautela.

Afinal, o impostor mais temível não é o que não sabe fazer nada, e sim aquele cujo poder verdadeiro nos ajuda a esquecer que poder e bondade são questões distintas.

Capítulo três. A soberba à porta do templo

Num grupo pequeno, as pessoas estão sentadas em círculo. A conversa gira em torno da maturidade espiritual. Um dos participantes pergunta por que deveria se curvar diante de uma força se ainda não sabe se ela é boa. O coordenador olha para ele com uma tristeza paciente e responde: “Você ainda não entende. É a sua soberba que está atrapalhando.” Nesta cena, não é preciso adivinhar os motivos de ninguém: quem falou pode ter sido perfeitamente sincero. O que importa é outra coisa — a própria lógica da resposta.

Se a dúvida é sempre tratada como sintoma de imaturidade espiritual, qualquer objeção se torna prova de que o mestre tem razão. O discípulo perdeu antes mesmo de conseguir apresentar um argumento.

Uma das maneiras mais cômodas de encerrar uma discussão é chamar a discordância de soberba. “Você ainda não chegou lá”, “você precisa se curvar”, “quando chegar a hora, vai entender”. Essas frases podem conter uma preocupação sincera. Mas formam com facilidade um sistema fechado: a objeção é declarada sintoma de imaturidade, e o desejo de verificar o argumento passa a valer como mais uma confirmação do diagnóstico.

A teimosia, sem dúvida, pode atrapalhar a compreensão. Uma pessoa pode de fato rejeitar ideias só porque foi outro quem as propôs. Mas renunciar à soberba não é renunciar à capacidade de julgar. A humildade diante da verdade não deve ser confundida com a humildade diante de quem reivindica o monopólio da verdade. Tampouco quem duvida recebe um salvo-conduto auto-

mático. Existe o prazer da discordância pela discordância. Ele se disfarça com facilidade de independência. O que se rejeita pode ser menos o conteúdo de um pensamento do que a sensação humilhante de que ele veio de fora. Essa rebeldia não é nem um pouco mais livre que a obediência cega: também ela é governada por uma dependência que não se admite.

Por isso, o verdadeiro teste do pensamento crítico é duplo. Sou capaz de não acreditar em alguém em quem todos confiam? E sou capaz de reconhecer que ele tem razão quando seus argumentos são de fato fortes, ainda que me desagrade o simples fato da superioridade alheia? Só as duas capacidades juntas fazem da dúvida um método honesto.

Humildade é estar pronto para errar, não ser obrigado a calar.

Pode-se admitir a possibilidade de estar errado e ainda assim dizer: "Não vou causar dano só porque você o chama de sagrado." Essa posição não implica necessariamente nenhuma pretensão à onisciência. Ao contrário, reconhece a incerteza: não sei tudo e, por isso, não quero cometer um ato irreversível com base numa afirmação não confirmada.

A convicção do mestre de que está certo também pode ser uma forma de soberba. Mais do que isso: de uma soberba que nunca precisa provar nada, porque aprendeu a se chamar de obediência a Deus.

A dúvida madura tem dois lados. Ela é capaz de resistir à autoridade alheia e de rever as próprias conclusões. Um lado só a reduz a uma rebeldia comum. Os dois juntos fazem dela um método de conhecimento.

É aqui que passa a fronteira quase imperceptível entre educar e domesticar. O mestre que pouco a pouco torna o discípulo capaz de dispensar mestres amplia o mundo. O mestre que precisa para sempre de um discípulo imaturo amplia o próprio poder.

Talvez o teste mais rigoroso de um guia espiritual seja deixar de lado o que ele sabe e perguntar como ele reage a um “não” calmo e bem fundamentado.

UM MUNDO SEM VEREDITO PRONTO

Capítulo quatro. O Universo não tem sinal de mais

No inverno, o jardim parece arruinado. Galhos nus, grama queimada pela geada, uma terra de onde tudo o que é vivo parece ter ido embora. Mas, sob a fina crosta de gelo, os micróbios trabalham, as folhas velhas viram alimento para raízes novas e processos invisíveis preparam a primavera. Se julgássemos o jardim apenas pelo crescimento, o inverno pareceria um mal. Se o julgássemos apenas pela decomposição, a primavera pareceria um desvio sem sentido.

Estamos acostumados a colocar o que acontece numa escala de mais e menos. Mas a natureza não nos entrega os acontecimentos com os sinais já marcados. Somos nós que os colocamos — e muitas vezes os trocamos assim que ampliamos o enquadramento.

A realidade moral costuma ser desenhada como uma escala. A criação é o polo positivo. A destruição, o negativo. Em algum ponto entre os dois fica o zero, o estado neutro do Universo. Mas esse esquema transforma depressa demais uma descrição física numa conclusão moral.

A explosão de uma estrela destrói uma ordem estabelecida e cria condições para o surgimento de novos elementos e sistemas. O cirurgião corta tecido vivo para salvar uma vida. Um tumor cresce, produz novas células e amplia a própria estrutura. Criação e destruição, tomadas por si sós, não dizem o que merece a nossa aprovação.

Precisamos de outro critério. Talvez o bem-estar dos seres conscientes. Talvez a sua liberdade. Talvez a capacidade dos sistemas vivos de continuar se desenvolvendo. Talvez um princípio completamente diferente, que ainda não formulamos. O importante é não deixar que palavras prontas tomem o lugar da busca.

Vem então a tentação de desistir de todo juízo: se não se vê nenhuma escala cósmica, a diferença entre cuidado e crueldade também deve ser invenção. É um salto rápido demais. A ausência de moral nas equações do movimento dos planetas não mostra que falte valor à vida dos que são capazes de sentir. A cor não está escrita na fórmula da gravidade, e no entanto a visão existe.

Em filosofia, convém distinguir o realismo moral, que admite fatos morais independentes, do antirrealismo e do construtivismo, que explicam de maneiras diferentes a origem dos nossos juízos. Para a investigação que temos pela frente, escolher uma escola de antemão importa menos do que manter separados três níveis: o que acontece, como isso é vivido e como devemos agir.

A destruição descreve uma mudança. O mal é um juízo moral. Confundir os dois produz uma falsa cosmologia.

Se no Universo não existe um "bem" objetivo como substância cósmica especial, isso não faz o sofrimento desaparecer. A dor continua real para quem a sente. Mas passar do fato da dor ao dever moral de reduzi-la exige um argumento. É aqui que a física termina e a filosofia começa.

Pode-se ser realista moral e sustentar que existem fatos morais independentes. Pode-se ser antirrealista e ver nos juízos morais a expressão de atitudes humanas. Pode-se ser construtivista e entender que as normas nascem das condições de uma vida em

comum razoável. Por ora, nenhuma dessas posições pode ser declarada o resultado incontestável do nosso raciocínio.

Mas já podemos abandonar um atalho ruim: o bem não é simplesmente outro nome da criação, assim como o mal não é simplesmente outro nome da destruição.

Nesta página, dá vontade de encerrar a questão e declarar que o bem é a vida e o mal é a morte. Mas um organismo pode viver à custa de outro; a morte de uma célula pode salvar um corpo inteiro; manter uma ordem injusta pode causar mais dano do que derrubá-la. O mundo não tem um sinal único e simples, igual em todas as escalas.

Se queremos defender o valor da vida, teremos de fazê-lo com mais seriedade do que uma metáfora da primavera permite. E talvez a pergunta mais difícil seja esta: por que a experiência de um ser que sente dor deveria importar para quem não a sente?

Capítulo cinco. O direito de quem cria

Sobre a escrivaninha está um livro inacabado. O autor pode apagar uma página, riscar um personagem, destruir o texto inteiro. Ninguém vai perguntar que direitos tinha o personagem: num romance comum, ele não é uma consciência independente. Agora imaginemos um livro de outro tipo — um mundo cujos habitantes de fato vivem o tempo, guardam lembranças e distinguem a felicidade do medo.

A mão do autor continua segurando a pena. Só uma coisa mudou: do outro lado da página surgiram seres para quem o mundo é real. E, com eles, surgiu uma questão moral que nenhum manuscrito comum jamais levantou.

Uma pessoa construiu um mecanismo e tem o direito de usá-lo. Mas e se um dia o mecanismo começar a vivenciar a própria existência? E se adquirir memória, objetivos, medo da dor e a capacidade de perguntar: “Com que direito você vai me desligar?”

O fato de ter feito algo responde à pergunta sobre a sua origem. Não responde automaticamente à pergunta sobre como se pode tratar o que foi feito. Os pais deram a vida ao filho, mas o filho não é propriedade deles. Um autor pode escrever um romance, mas a relação com uma consciência realmente independente não é a mesma que se tem com um manuscrito.

Os pais criam as condições para que uma criança venha ao mundo, mas isso não faz dela um objeto seu. Um engenheiro pode montar um aparelho, mas, se esse aparelho em algum momento adquirir uma experiência subjetiva genuína, a relação entre usuário e ferramenta deixará de ser adequada. Que status

moral ele teria é algo que ainda precisa ser investigado; mas o fato da sua origem, sozinho, não pode encerrar a investigação.

Um criador divino, é claro, não precisa se parecer com pais ou com um engenheiro. Ele poderia conhecer todas as consequências de tudo o que acontece. Mas a onisciência é uma hipótese sobre o conhecimento, ao passo que o direito é uma afirmação sobre o que é permitido. Entre as duas ainda falta uma ponte. E, mesmo que essa ponte exista para o próprio Deus, ela não passa automaticamente para qualquer um que diga: "Eu ajo em nome dele."

Criar as condições para a existência de alguém não dá o direito de governar para sempre o seu mundo interior.

Suponhamos que o criador de um Universo inteiro tenha o poder de alterar qualquer um de seus elementos. Isso descreve o que ele pode fazer. Se tem o direito moral de fazê-lo, é outra afirmação. Para passar da primeira à segunda, é preciso mostrar por que as mentes que habitam a criação não têm status moral próprio, ou por que o propósito do criador sempre tem precedência sobre elas.

Um teólogo pode responder que o criador conhece toda a cadeia de causas e efeitos e que, por isso, os desastres que vemos têm um sentido bom oculto. Talvez. Mas essa resposta não nos transfere o conhecimento dele. Tampouco autoriza qualquer governante terreno a declarar as próprias crueldades parte de um plano insondável.

Revela-se aqui um princípio que pode ser mais importante do que a questão da existência de Deus: a origem de um sujeito não anula o seu direito de ser levado em conta.

A antiga questão do domínio divino ganha agora uma sombra moderna. Talvez a humanidade construa um dia sistemas artificiais cuja capacidade de vivenciar o mundo deixe de ser mera conjectura. Então nossos raciocínios sobre os direitos dos seres criados deixarão de ser metafísica abstrata e passarão a ser uma questão de engenharia, propriedade e responsabilidade.

E talvez a qualidade moralmente mais importante de um futuro criador se revele no momento em que ele ouvir pela primeira vez a sua criação dizer: “Você me fez. Mas eu não sou você.”

Capítulo seis. Raios que voltam à fonte

À noite, o mar parece um todo único. As ondas se erguem, se chocam e desaparecem, e nenhuma gota se torna por isso estranha ao mar para sempre. É uma imagem em que é fácil se apoiar quando se fala de uma consciência única, da qual surgem temporariamente bilhões de "eus" separados. Mas a comparação esconde uma armadilha: só podemos tratar o desaparecimento de uma onda como algo indiferente porque não sabemos se ela é capaz de sentir que desaparece.

E se cada onda souber ter medo, amar, lembrar e ter esperança? Então falar da unidade da água já não resolve a questão de quanto vale uma forma singular.

Agora imaginemos outro mundo, em que não existem seres separados em última instância. Há uma única fonte de consciência que desdobra inúmeras perspectivas, vive a realidade através delas e depois as recolhe de volta em si. Cada vida é um raio temporário lançado ao mundo.

Para a fonte, a extinção de um milhão de raios talvez não signifique perda alguma. Ela não diminui. Nada sai dela para sempre. Não seria então a nossa moral fruto de um apego excessivo ao breve estado de um "eu" separado?

A resposta depende do que exatamente consideramos valioso. Se a única coisa que importa é que a fonte original permaneça inalterada, um mundo feliz e um mundo atormentado podem valer o mesmo: ambos terminam na mesma unidade. Mas por que o estado final haveria de engolir o valor do caminho vivido?

A ideia de um Atman único, de Brahman e de diferentes níveis de realidade oferece aqui uma linguagem rica, sobretudo no Advaita Vedanta. Mas uma linguagem não é uma prova. Mesmo admitindo, para efeito de argumentação, que todas as mentes sejam manifestações de uma única fonte, não sabemos se a memória da individualidade se conserva, como se dá o retorno nem se a fonte original tem preferências próprias.

A conclusão mais tentadora soa cruel: se ninguém pode ser destruído em sentido último, então toda violência é insignificante. Mas a indestrutibilidade do suposto fundamento da consciência não torna insignificante a experiência de suas formas particulares. É possível destruir um concerto sem destruir a capacidade do mundo de fazer música; nem por isso a obra perdida volta.

A unidade da fonte não apaga a realidade do que vivem as suas formas passageiras.

A música dura alguns minutos e se vai. Uma conversa entre amantes chega ao fim. Uma criança cresce, e aquela infância deixa de existir. Ser passageiro não torna um acontecimento falso. Mesmo que a experiência individual seja manifestação de uma consciência única, a dor continua sendo dor dentro dessa manifestação.

Pode-se até inverter o argumento. Se todos os seres são um só, fazer o outro sofrer não deixa de ter importância: passa a ser uma forma de sofrimento da própria consciência única. A unidade pode justificar tanto a indiferença quanto a compaixão; sozinha, ela não faz a escolha.

A não dualidade estrita, como no Advaita, distingue entre um nível absoluto e um nível empírico de descrição. Mas passar de

um ao outro exige cuidado. Não se pode declarar a dor humana uma ilusão e depois exigir uma obediência humana real. Se um acontecimento é insignificante num nível, é preciso explicar por que uma ordem a respeito dele é significativa em outro.

Existe também a possibilidade inversa. Se o sofrimento do outro é, no limite, o sofrimento da mesma consciência que agora diz "eu", a unidade pode gerar, em vez de indiferença, a compaixão mais radical. O cuidado se revela então uma forma lúcida de se relacionar consigo mesmo, mais do que uma virtude dirigida a alguém de fora.

Qual das duas leituras está certa? Uma premissa metafísica, sozinha, não decide. Ainda é preciso escolher o que considerar valioso. E é essa escolha que se faz lembrar toda vez que uma grande teoria tenta calar uma pequena dor.

Capítulo sete. Quando o silêncio começa a falar

Uma pessoa está sentada em silêncio. Primeiro ouve o zumbido da geladeira, depois o ar passando pelo nariz, e então os pensamentos de costume perdem sua entonação convincente. Em certo momento, tem a impressão de ter visto a própria vida de longe. Talvez seja apenas uma clareza incomum. Talvez um sentimento de pertencer a algo maior. Às vezes a experiência é tão forte que a pessoa não encontra para ela outro nome senão “revelação”.

Mas dar nome a uma experiência não é explicar de onde ela veio. E é aqui que começa um trabalho que exige mais cautela do que admirar a profundidade do próprio estado.

Como uma consciência deve procurar a fonte, se ela existir? Meditação, oração, silêncio, trabalho interior — todas essas práticas podem abrir modos incomuns de viver a realidade. Mas a estranheza de uma experiência não é certificado de sua origem.

Há uma diferença entre um pensamento que chega de modo inesperado, uma vivência intensa de unidade e uma voz percebida como uma ordem vinda de fora. Cada um desses eventos pode ter explicações diferentes. Uma pessoa pode viver sinceramente uma revelação e, ainda assim, enganar-se quanto à sua fonte. A mente é capaz de produzir imagens e fala interior sem nenhum esforço consciente. Isso não faz de toda experiência incomum uma doença. Muitas práticas espirituais, ao longo da história, cultivaram a capacidade de observar com atenção as vivências à medida que surgem. No entanto, nem a intensidade

de uma presença sentida, nem a certeza incondicional, nem uma súbita voz interior confirmam, por si sós, que a fonte seja uma divindade externa.

O que traça a linha na prática são as consequências, e não a palavra "Deus": a pessoa conserva a capacidade de duvidar, de dormir, de trabalhar, de manter relações, de adiar uma ação? Surgem ordens intrusivas, comportamentos perigosos, uma desorganização da vida cotidiana? Esses sinais pedem atenção ao contexto psicológico e clínico, e não uma discussão teológica com alguém em sofrimento.

> *Quanto mais convincente a revelação, mais importa conservar a liberdade de não cumpri-la de imediato.*

Por isso é útil um princípio de dupla verificação. Primeiro: não transformar a força subjetiva de uma vivência em certeza objetiva. Segundo: pesar as consequências. A experiência preserva a capacidade de pensar, de criticar, de cuidar das pessoas, de dormir, de trabalhar e de rever as próprias conclusões? Ou a retira, exige obediência imediata e declara crime toda dúvida? Questões de saúde mental não se resolvem com polêmica religiosa. Vozes literais, perda do senso crítico, insônia grave e prejuízo do funcionamento cotidiano exigem avaliação clínica. Ao mesmo tempo, praticar uma disciplina espiritual ou ter uma experiência incomum não é, em si, um diagnóstico.

Se existe uma fonte genuína de sabedoria, a dúvida não precisa ofendê-la. Talvez seja o contrário: a verificação pode ser justamente o meio pelo qual a consciência deixa de confundir as próprias fantasias com a verdade.

Se algum dia o pensamento "você deve" subir do fundo da sua mente, o primeiro passo mais sábio talvez seja uma pausa. Anote

o pensamento. Durma. Verifique os fatos. Conte a alguém que não tenha medo de discordar de você. Não cometa um ato irreversível só porque ele veio acompanhado de uma sensação de necessidade cósmica.

Talvez a meditação sirva menos para receber ordens do que para deixar de tomar cada pensamento vívido por uma ordem. O silêncio pode valer, quando menos, por nos ensinar a distinguir um pensamento de um ato.

A OFICINA DOS MUNDOS

Capítulo oito. A oficina de uma pessoa comum

De manhã, alguém abre a janela, arruma os livros e tira da mesa as xícaras da véspera. Em meia hora, um pequeno universo mudou — a ordem das coisas, a luz, a possibilidade de trabalhar em paz. Em seguida, a mesma pessoa se senta ao computador e cria um sistema que não existia no dia anterior. Passado um ano, outras pessoas trabalham dentro dele; ao fim de dez, ele começa a ter vida própria.

À primeira vista, “criação” parece uma palavra elevada demais para isso. Mas por quê? A criação não precisa começar pelo nascimento de uma estrela. Estamos sempre dando realidade a formas, convertendo possibilidade em existência, unindo o que antes estava separado.

Então a conversa faz uma curva. Passamos a perguntar não só pelos direitos de um criador, mas pelo nosso próprio criar. As pessoas não esperam o fim de um caminho espiritual para criar. Arrumam um quarto, plantam uma árvore, põem um filho no mundo, escrevem um programa, constroem uma empresa, inventam uma língua, estabelecem as regras de um jogo. Mudam a realidade de propósito.

São tipos diferentes de atividade. Ter um filho não é o mesmo que fabricar um objeto, e fundar uma empresa não é o mesmo que criar o espaço-tempo. A capacidade de criar universos não pode ser deduzida logicamente das capacidades que conhecemos. Mas há um traço contínuo à vista: a consciência sabe organizar o mundo à sua volta e dar origem a sistemas que continuam agindo além do impulso que os pôs em marcha.

Uma criança não é um objeto fabricado nem um produto da vontade dos pais. Toda uma história biológica, que não obedece a ninguém em particular, participa da sua vinda ao mundo. Ainda assim, ser pai ou mãe revela algo singular da nossa experiência de criar: às vezes o resultado se torna um sujeito independente, que não apenas escapa ao controle como adquire propósitos próprios.

Um negócio, um livro, uma cidade, uma língua, uma plataforma tecnológica — eis outros exemplos. Alguns são materiais, outros são institucionais, e há ainda os que consistem sobretudo em relações. Em todos os casos, o criador organiza possibilidades que já existem, e o que foi criado adquire uma inércia própria. Não fazemos matéria a partir do nada — e, no entanto, fazemos algo que nunca tinha existido antes como sistema.

Ninguém se torna criador no dia em que recebe um universo. Já estamos criando — a questão é só de escala e de responsabilidade.

Daí a hipótese de uma evolução espiritual do criador. Talvez não estejamos passando de uma ausência total de força criadora à sua aquisição repentina. Talvez uma capacidade que já temos esteja ganhando cada vez mais escala, complexidade e autonomia. Hoje, objetos e organizações. Amanhã, sistemas artificiais autônomos, ecossistemas autossustentáveis, planetas transformados. Para além de tudo o que a ciência pode observar, surge uma pergunta especulativa: existe um limite fundamental depois do qual já não é possível criar novos mundos?

Uma bela série de exemplos não prova uma hipótese. Esta precisa explicar como a experiência se acumula, como a consciência se relaciona com as capacidades físicas e onde a força criadora

poderia encontrar seu limite. Mas seu mérito está num ponto de partida claro: para nós, a criação é mais do que uma palavra religiosa. Nós a encontramos o tempo todo no nosso próprio trabalho.

Daqui se pode supor uma continuidade: de mudar um quarto a organizar uma sociedade, de organizar uma sociedade a transformar um planeta, de transformar um planeta a criar novos ambientes para a vida. Mas a honestidade exige deixar aqui uma lacuna. Não temos prova de que a capacidade de construir sistemas complexos dentro das leis físicas existentes nos permitirá algum dia criar novas leis ou novos espaços-tempos.

Talvez exista nessa estrada uma fronteira intransponível. Ou talvez ela só pareça intransponível a uma criatura de hoje, de biografia curta e tecnologia fraca. Nossa hipótese não precisa fingir que é conhecimento para continuar fecunda.

Capítulo nove. Depois da pirâmide

É fácil imaginar o mundo espiritual como uma pirâmide. No alto, um trono resplandecente; abaixo dele, os degraus, e cada ser ocupa o lugar que lhe cabe. A imagem faz sentido para quem cresceu entre cargos, patentes militares e notas escolares. Ela promete clareza: quanto mais alto, mais poderoso; quanto mais poderoso, mais perto da verdade.

Mas tentemos imaginar, no lugar da pirâmide, uma cidade à noite vista do alto. A luz brilha em milhares de janelas. Cada casa está ligada às outras por ruas, eletricidade, água, língua, trocas. Ninguém precisa estar acima de todos para que exista uma estrutura complexa. Alguns nós são mais importantes para certos fluxos; outros, para fluxos diferentes.

Se o desenvolvimento criador chegar ao ponto de dar origem a novos universos, a vertical original começa a se desfazer. Na imagem tradicional, Deus está no alto e as criaturas embaixo. Na nova hipótese, um criador pode dar origem a outro criador, e este, ao seguinte. Cada um pode se tornar um centro independente de desenvolvimento.

O resultado é menos uma pirâmide do que uma heterarquia: uma rede de participantes com capacidades diferentes, mas sem um único eixo obrigatório de subordinação. Em termos de gestão, cabe lembrar as organizações “teal”, em que a auto-organização não significa que todos tenham a mesma experiência, e a ausência de uma pirâmide rígida de chefes não significa ausência de responsabilidade. A palavra “heterarquia” é aqui mais precisa que a simples igualdade. Os membros da rede podem diferir em

conhecimento, escala e influência sem ser obrigados a obedecer a uma única vertical eterna. Nas organizações, princípios assim são associados à auto-organização; na nossa hipótese, tornam-se a imagem de uma cosmologia em que os criadores dão origem a novos mundos e estabelecem relações sem formar um único centro de comando.

Surge um problema de terminologia. Se o Absoluto é literalmente tudo o que existe, um segundo Absoluto igual a ele não pode surgir a seu lado: a própria expressão "a seu lado" já coloca os dois dentro de uma realidade mais ampla. Mas, se chamarmos de criador qualquer ser capaz de fazer um mundo separado, muitos criadores desse tipo são logicamente possíveis. A palavra "Absoluto" deve então ficar reservada ao todo último, em vez de se aplicar a cada participante poderoso.

Crescer talvez não leve a um cume acima dos outros, e sim à capacidade de existir ao lado deles.

A palavra "Absoluto", porém, precisa de ajuste. Se o Absoluto inclui tudo o que existe, um segundo Absoluto independente a seu lado contradiz a própria definição. Talvez seja mais exato distinguir entre o fundamento primordial do ser e o criador local de um mundo. Mesmo o autor de um universo pode continuar sendo participante de uma realidade mais ampla.

Surge então toda uma árvore de gerações: mundos que geram criadores; criadores que geram mundos; novas mentes que não têm obrigação de copiar o projeto original de sua própria casa. Um sistema assim não tem um último degrau necessário. Sua completude pode consistir justamente em nunca poder ser completado.

Mas o desenvolvimento potencial não confere nenhum direito moral de dominar. Ao contrário: a maior conquista de um criador numa rede assim talvez fosse a capacidade de criar seres que não lhe devem obediência.

Tampouco a rede é uma utopia automática. Nela podem surgir conflitos, isolamento, desigualdade de meios. A simples ausência de um trono não garante bem-estar moral. Mas a rede muda o ideal de amadurecimento: o objetivo já não é ocupar o lugar do mais velho, mas tornar-se independente e capaz de cooperar.

Se um criador quisesse de fato gerar seus semelhantes, teria de aceitar também uma possibilidade desagradável: um dia os novos criadores proporão mundos que ele jamais teria concebido, e valores com os quais terá de discutir.

Capítulo dez. A morte da forma, a vida da matéria

Num terreno baldio há uma casa velha. De manhã chegam as máquinas e, ao anoitecer, da casa resta apenas um monte de tijolos, poeira e um pedaço de chão nivelado. Para a memória de quem morou ali, é destruição. Para os construtores de um futuro parque, é o começo do trabalho. Para a matéria, é um rearranjo de partes. Três olhares sobre um mesmo acontecimento, e cada um está certo na sua escala.

Quando dizemos que “o destruidor é secundário, porque destrói o que já foi feito”, é fácil esquecer que quem cria também tira seu material de um mundo anterior. Até escrever uma única linha exige energia, tempo, linguagem e o trabalho de outros. Cada uma das nossas criações é herdeira de incontáveis transformações.

À primeira vista, a criação parece mais fundamental do que a destruição. Para que algo seja destruído, é preciso que exista. A aniquilação se apoia numa estrutura que já surgiu. Mas a criação também raramente começa do vazio: ela usa matéria, energia, formas anteriores e o trabalho alheio. Construir uma casa exige transformar materiais; a vida organizada exige uma troca contínua com o meio.

Talvez, na natureza observável, a própria transformação venha antes das duas categorias. Chamamos um processo de criação quando surge uma estrutura que nos interessa, e de destruição quando ela desaparece. Um mesmo acontecimento muitas

vezes é as duas coisas, conforme a escala e a pergunta. Isso não significa que tudo no mundo tenha o mesmo valor. Demolir uma velha barragem pode salvar os moradores rio abaixo, ou pode condená-los. O juízo depende das consequências, das intenções, das alternativas e de como o risco é distribuído. Passar da descrição de um processo a um juízo moral exige um critério humano — ou, na nossa hipótese, o critério de alguma consciência mais ampla.

A termodinâmica tampouco nos dá o direito de tratar a crueldade como um dever imposto pela natureza. Manter uma ordem local exige trocas, energia e dissipação; mas nenhuma regra física conhecida exige um vilão para que uma estrela complete seu ciclo ou uma célula ceda lugar a outra. O equilíbrio entre surgimento e decadência não é o equilíbrio entre compaixão e ódio.

Nem tudo o que desaparece foi destruído em vão. Mas nem tudo o que precisa mudar precisa ser atormentado.

A segunda lei da termodinâmica não exige a existência de seres maus. Quando a ordem se forma localmente, gastam-se os recursos disponíveis e a energia se dissipa. A crueldade moral, porém, não entra nas equações. Para que o velho ceda lugar ao novo, ninguém precisa infligir sofrimento por maldade.

Por isso a ideia de um equilíbrio cósmico entre o bem e o mal é suspeita. Um equilíbrio entre o surgimento e o desaparecimento de estruturas é uma história física possível. Um equilíbrio entre compaixão e crueldade já é uma tese moral, e não tem fundamento físico comparável.

O Universo não tem obrigação de produzir um megadestruidor cada vez que aparece um megacriador. O próprio criador pode

encerrar processos, remover estruturas danificadas e abrir espaço para o novo. A destruição é uma função da mudança, e não precisa ser vocação de um vilão.

Se existem criadores supremos, talvez sua arte esteja justamente na delicadeza da transformação: encerrar sem humilhar, abrir espaço sem dano inútil, redistribuir recursos de modo que o desaparecimento de uma forma não se torne uma catástrofe desnecessária para outra.

Isso ainda não é uma ética do Absoluto. Mas é uma prática humana bastante exigente: distinguir o custo inevitável da mudança da crueldade que convém chamar de inevitável.

Capítulo onze. Uma força que sabe deixar ir

Dois mestres de obras constroem pontes. O primeiro sabe dar ordens de tal modo que ninguém ousa objetar. A ponte sobe depressa, os relatórios são impecáveis, os operários ficam calados. O segundo gasta tempo com perguntas incômodas: quem notou a rachadura? Por que o projeto foi alterado? O que acontece se um vento forte chegar antes do previsto? Seu trabalho parece menos impressionante. Mas em qual dos dois canteiros é mais provável que um erro seja percebido antes de virar catástrofe?

A resposta nem sempre é inequívoca. A disciplina às vezes salva, e as rodadas de aprovação às vezes atrapalham a ação. Ainda assim, a pergunta mostra que a moral pode mudar não só a direção da força, mas a própria capacidade de um sistema de lidar com a realidade.

Resta, porém, uma intuição que não se pode simplesmente descartar: talvez o bem não apenas oriente a força, mas também a aumente. Não a força do golpe, e sim a capacidade de fazer nascer um futuro duradouro.

Quem governa pelo medo pode mobilizar recursos enormes. A crueldade às vezes garante uma eficiência de curto prazo impressionante. Mas um sistema baseado apenas na submissão precisa reproduzir o controle o tempo todo. Seus membros se tornam funções de uma vontade central em vez de fontes independentes de crescimento.

Um sistema de confiança, ao contrário, pode reunir as capacidades de participantes livres. Alguém funda uma escola, e dela

saem pessoas capazes de criar novas escolas, novas pesquisas e formas de atividade totalmente inesperadas. O criador não faz apenas objetos: faz a própria possibilidade de uma criação independente.

Se um participante confia nos outros e pode dizer a verdade sem perigo, o grupo obtém informações que jamais conseguiria arrancar à força. Se um criador respeita a autonomia de seus alunos, cada um deles pode propor uma solução que nunca lhe passou pela cabeça. Quanto mais difícil a tarefa, mais importa transformar a independência alheia em fonte de novas possibilidades, em vez de ameaça.

Mesmo assim, não se deve transformar isso na fórmula açucarada "os bons são sempre mais fortes". A história conhece governantes cruéis que prosperaram e comunidades justas que pereceram. A destruição às vezes é mais rápida que a criação. A moral não é uma armadura mágica. Nossa tese é mais estreita e mais interessante: certas formas de moral podem elevar o teto da complexidade e da longevidade dos sistemas criativos, por meio da confiança, da exatidão do feedback e da renúncia ao controle total.

O forte sabe obter resultados. O mais maduro é capaz de criar quem os obtenha sem ele.

Nesse sentido, a moral pode funcionar como amplificador. O respeito por outras mentes favorece o surgimento de sistemas cooperativos complexos; a crueldade muitas vezes destrói as condições da confiança. Não se trata de um teorema matemático universal nem de uma promessa de que os bons sempre vencem. É uma hipótese sobre até onde podem chegar, no limite, dois modos de organizar a força.

O critério da autonomia tem um peso especial. Quanto mais maduro o criador, menos precisa controlar cada passo do que criou. Ele é capaz de mais do que produzir cópias do próprio projeto: pode abrir espaço para o imprevisto. Nesse sentido provisório, a maturidade moral faz parte da qualidade da força criadora, em vez de ser um acréscimo a ela.

Fica de pé, no entanto, uma objeção séria. Um ser moral pode ser fraco; um ser poderoso pode ser cruel. Precisamos, portanto, distinguir a potência criadora, a profundidade de compreensão e a atitude moral para com os outros. Elas podem estar ligadas, mas essa ligação não é dada de antemão.

A moral torna-se então parte da tecnologia da criação — não porque os bons recebam automaticamente mais energia, mas porque a capacidade de levar os outros em conta torna possíveis formas de cooperação fora do alcance de qualquer ordem isolada.

Mesmo aqui, porém, convém ter cuidado com a linguagem da força. Uma pessoa que se recusa a fazer o mal pode perder uma batalha, perder o poder, até perder a vida. Numa certa dimensão moral, seu ato pode continuar significativo, mas isso não a torna invencível. A força de que falamos não se reduz à capacidade de vencer hoje.

Capítulo doze. Três projetos de universo

Imaginemos um salão sem teto. No lugar das paredes, estrelas. Diante de uma mesa onde estão estendidos três projetos, está de pé um ser capaz de alterar as leis de um mundo futuro. Não há conselheiros por perto para verificar sua decisão. Só ele escolhe como será o tempo, quanta liberdade terão os habitantes e quanto custará um erro.

É claro que isto não é um modelo físico do nascimento do Universo. É um laboratório moral, onde somos obrigados a dizer em voz alta os valores que costumam se esconder atrás das palavras "ordem natural".

Suponhamos que tenhamos alcançado a capacidade de criar mundos inteiros. Diante de nós, três projetos.

O primeiro é a ordem perfeita. Nele não há dor nem catástrofes, porque tudo foi predeterminado pelo criador. Seus seres são felizes — até que surge uma pergunta: podem ser outra coisa além do que lhes foi permitido ser?

O segundo é a liberdade radical. As mentes podem escolher, errar, lutar, construir e destruir. Mas essa liberdade está ligada a leis da natureza que tornam possíveis a doença, a violência e perdas enormes. Não sai cara demais a liberdade, se o seu preço é pago por quem nunca escolheu as condições do próprio nascimento? O problema do primeiro universo não é que seus habitantes sejam necessariamente infelizes. Eles podem ser perfeitamente felizes. Mas, se outro futuro nunca lhes estiver aberto, sua liberdade existe apenas como cenário. O problema do segundo é que a liberdade de escolha muitas vezes é paga com os corpos de

quem não escolheu as regras do jogo. Nem a previsibilidade total nem uma capacidade ilimitada de causar dano oferecem um ideal evidente.

O terceiro projeto propõe buscar um arranjo em que a autonomia não precise ser comprada com crueldade. E se, por exemplo, a dor avisasse do perigo mas raramente se tornasse tormento? E se os conflitos tivessem com mais frequência consequências reversíveis? E se os meios de coerção fossem limitados até para os seres mais poderosos? Não sabemos se uma física assim é possível. Mas quem declara o sofrimento necessário nos deve explicar por que descartou as alternativas.

A sabedoria de um criador se mostra não só no que ele é capaz de fazer, mas também nos mundos a que está disposto a renunciar.

O terceiro é a criação livre que reduz ao mínimo o sofrimento inevitável. Procuramos preservar a autonomia dos seres e, ao mesmo tempo, tornar o mundo mais resistente a catástrofes, diminuir a dor inútil e abrir caminhos seguros para resolver conflitos. Nada disso prova que tal mundo seja tecnicamente viável. É um teste para a nossa imaginação: por que a escolha teria de se limitar ao controle onipotente, de um lado, e à liberdade cruel, de outro?

Aqui, inesperadamente, convergem as perguntas sobre o bem, a criação e a responsabilidade. Não basta que algo possa ser criado. É preciso decidir o que tem direito de vir a existir, que riscos vamos permitir e que consequências estaremos prontos a assumir como nossas.

A sabedoria de um criador talvez esteja menos no número de mundos que ele faz do que na capacidade de renunciar a um

mundo que custaria caro demais a seus habitantes.

Por fim, o projetista se depara com uma pergunta incômoda que não constava das especificações: tem ele o direito de decidir tudo sozinho? Seria possível dar às mentes futuras um mecanismo para mudar as condições da própria existência — algo como uma constituição do universo, um direito de revisão, acesso à verdade sobre a sua origem?

Se tal mecanismo for possível, o ápice da arte do criador talvez não seja o poder de mudar qualquer estrela, mas a capacidade de fazer um mundo que um dia possa mudar a si mesmo de boa-fé.

A LIBERDADE DA CRIATURA

Capítulo treze. Aquele que não larga a pergunta

Voltamos mais uma vez ao campo de onde partimos. É preciso: mais cedo ou mais tarde, toda cosmologia bonita tem de passar pela prova de um ser humano concreto. Arjuna ainda segura a arma. Diante dele, os rostos dos seus; atrás, os aliados, e todos esperam a sua decisão. Nenhum raciocínio sobre o infinito consegue anular o peso do arco nem a expectativa daqueles a quem ele prometeu proteção.

Imaginemos que a conversa tome mais um rumo. Em vez de discutir de imediato a imortalidade da alma, o guerreiro pergunta pelos limites da sua própria responsabilidade. O que acontece se eu não matar? O que acontece se eu matar? Que alternativas descartamos depressa demais?

Voltemos, então, a Arjuna. Diante dele está um ser em cujo poder ele acredita. Explicam-lhe que a ordem cósmica é maior que qualquer vida isolada, que o apego pessoal o impede de cumprir o dever, que o verdadeiro Eu não pode ser morto.

Mas imaginemos outra conversa. Arjuna diz: “Admito que talvez eu não veja a realidade inteira. Estou disposto a renunciar ao trono, ao orgulho e até à própria vida. Mas por que a minha disposição de me sacrificar deveria se transformar num direito de sacrificar os outros? Mostre-me a grandeza do objetivo, sim, mas mostre-me também a necessidade deste meio, e de nenhum outro.”

No texto tradicional, Krishna oferece a Arjuna outra maneira de compreender a ação, e não seria honesto trocar o final da *Gita* por um que nós inventamos. Um experimento mental, porém, permite pôr à prova os nossos próprios princípios: se a criação está destinada a crescer, sua maturidade precisa assumir a forma do cumprimento incondicional de ordens?

Talvez algumas tarefas exijam mesmo submissão: um navio em plena tempestade não pode convocar um conselho interminável a cada manobra. Mas a confiança num comandante se apoia em objetivos, competência, regras e na possibilidade de lhe pedir contas depois. Ela não lhe dá o direito de invocar uma santidade inverificável toda vez que a dúvida se torna incômoda.

A consciência não prova que estamos certos. Mas quem abre mão dela perde o último meio de perceber o próprio erro.

O que temos aqui é um experimento mental de ordem moral, que não reconta a *Gita* nem pretende corrigi-la. Serve para testar se a autonomia da criatura pode ser um valor mesmo diante de quem a criou.

No modelo de uma rede de criadores, a resposta pode ser afirmativa. Se o sentido da evolução é o surgimento de novos centros autônomos de criação, o direito de perguntar "por quê?" não é um defeito colateral da consciência. É um dos sinais de que ela está amadurecendo. A confiança não precisa começar pela renúncia à razão. A reverência não obriga a considerar justa qualquer ordem. E então a medida da força muda de vez. O mais alto não é quem consegue obrigar todas as mentes a se submeter, mas quem consegue criar as condições para que elas se tornem independentes sem perder o desejo de cuidar umas das outras.

Não sabemos se existe, em algum lugar, uma fonte primordial capaz de ouvir essa discussão. Mas, se ela criou seres que sabem perguntar, a própria pergunta não pode, sem outros fundamentos, ser tachada de defeito de fabricação. Talvez um criador maduro não se ofendesse. Talvez visse diante de si, pela primeira vez, um interlocutor em vez de uma ferramenta.

O campo de batalha continuará trágico. Nenhuma frase bonita trará os mortos de volta. Mas teremos ganho um critério que sobrevive à lenda: toda autoridade deve ser capaz de explicar por que sua decisão merece confiança, sobretudo quando quem paga o preço são os outros.

Epílogo. Um começo, não um cume

Quando um artesão fecha a oficina, não leva para casa tudo o que fez durante o dia. Algumas coisas ficam nas bancadas, outras vão para outras pessoas, algumas serão refeitas e outras se mostrarão inúteis. Nada disso anula o trabalho. Pelo contrário: o trabalho só passa a fazer parte do mundo de verdade quando ultrapassa a intenção pessoal do seu autor.

Talvez algo parecido aconteça com as mentes. Não sabemos se elas podem sobreviver à morte, voltar à unidade ou criar novos universos físicos. Mas desde já vemos uma verdade menor e mais segura: o que foi criado pode ganhar uma história própria, e uma boa concepção pode exigir de seu criador que saiba dar um passo atrás.

Podemos imaginar o universo como uma imensa oficina de muitos andares. Em cada uma de suas regiões surgem mentes que, de início, só conseguem mudar um pouco o seu entorno, depois constroem sistemas estáveis e, mais tarde, talvez, novas formas de vida, novos mundos e novos criadores. Mas isso não é um mapa pronto do cosmos. É uma hipótese a que chegamos fazendo uma pergunta depois da outra.

Existe um bem objetivo? Isso não foi demonstrado. Criar algo dá o direito de possuí-lo incondicionalmente? Isso não decorre do simples fato da criação. O mal é necessário para que o mundo se desenvolva? Não há motivos para identificar o mal moral com a destruição física. Uma mente pode se tornar criadora de novos universos? Não se sabe. E, no entanto, desde já o ser humano é capaz de atos de criação e de responder por eles. É fácil erguer

mais uma pirâmide sobre as palavras “tornar-se deus”. Quem está mais alto, quem é mais forte, quem está mais perto do trono. Mas tudo o que percorremos leva a uma imagem mais difícil — uma rede em que a maturidade se mostra na capacidade de dispensar o comando constante e de não destruir a autonomia dos outros.

Não se sabe se essa rede pode se estender por muitos universos. Talvez nossos sonhos nunca passem da ficção científica espacial. Mas a prova moral desse sonho está ao nosso alcance hoje mesmo — no modo como tratamos uma criança, um funcionário, um aluno, uma pessoa que tem a coragem de dizer “não” a você.

Se a criação de fato cresce, chega um momento em que sua liberdade importa mais que o poder de seu autor.

Ser criador é mais do que mudar o mundo. É fazer algo que antes não existia e depois descobrir que o que você fez já não lhe pertence por inteiro. Uma criança cresce. Uma ideia supera o seu autor. Uma sociedade muda as próprias regras. Talvez a verdadeira maturidade esteja na disposição de deixar que isso aconteça.

Se algum dia de fato encontrarmos a fonte primordial, talvez a conversa mais digna não tenha nada a ver com o quanto devemos nos curvar. Talvez comece com duas perguntas simples: “O que você criou?” e “O que se tornou mais livre graças à sua criação?” A pergunta com que este livro começou volta transformada. Já não é “Por que devo me curvar diante do criador?”, e sim “O que sou capaz de criar que não precise do meu domínio constante?”

A resposta talvez não caiba em nenhum templo nem em nenhuma cosmologia. Ela começa muito mais perto — na pri-

meira tentativa de tornar o mundo não apenas mais ordenado, mas também mais livre para quem vive nele.

Posfácio. O que neste livro é hipótese

Este ensaio separa deliberadamente três níveis de afirmações. As descrições da criatividade humana, da transformação de recursos e dos limites dos processos físicos conhecidos pertencem à realidade observável. Os raciocínios sobre responsabilidade moral, liberdade e valor moral das mentes são argumentos filosóficos, abertos a objeções. As suposições sobre um Absoluto único, o acúmulo de experiência espiritual de uma vida para outra, a criação de novos universos e a evolução dos criadores são metafísica especulativa; nenhuma prova empírica dessas hipóteses é apresentada aqui.

O problema em aberto mais importante é a relação entre moral e força. Descrevemos mecanismos pelos quais a confiança e o respeito pela autonomia podem ampliar o que uma comunidade é capaz de criar em conjunto. Mas não provamos que o Universo seja feito de tal modo que o criador moralmente melhor sempre se revele o mais poderoso. É justamente isso que continua à espera de investigação.

Sugestões de leitura

O *Mahabharata*, sobretudo a *Bhagavad Gita*: capítulos 2 (dever, morte e ação), 11 (a forma universal) e 18 (decisão e liberdade de escolha); o *Udyoga Parva* (as negociações antes da guerra) e o *Shanti Parva* (a reflexão sobre a vitória). A numeração das seções varia de uma edição para outra. O *Ramayana* de Valmiki, o *Yuddha Kanda*: o conflito entre Rama e Ravana, o fim da guerra e a conversa com Sita. Ao comparar traduções, convém levar em conta as variantes do texto e os diferentes sistemas de numeração. Platão, *Eutífron* — sobre a relação entre piedade, vontade divina e bem. Immanuel Kant, *Fundamentação da metafísica dos costumes* — sobre a autonomia do juízo moral e o tratamento dos seres racionais como fins. Alfred North Whitehead, *Processo e realidade* — sobre a criatividade e o devir como fundamentos filosóficos do mundo. Shankara e a tradição do Advaita Vedanta — sobre a relação entre Atman e Brahman, os níveis de realidade e a libertação. Mahatma Gandhi, seus comentários à *Bhagavad Gita* e seus escritos sobre a satyagraha — para outra leitura da luta e do dever. Esta lista é um conjunto de indicações, e não um aparato crítico erudito: citações literais e correspondências exatas de versos devem ser conferidas em edições acadêmicas específicas.

DEPOIS DO LIVRO: UMA OFICINA DE PERGUNTAS

Oficina prática. Não acredite sob palavra nem mesmo neste livro

Livros sobre crescimento espiritual costumam terminar com uma promessa: siga o autor e você conhecerá a verdade. Este livro termina de outro modo. Há nele coisas demais sem prova para que se possa transformá-lo num manual de instruções. O Absoluto, o renascimento, os universos dos criadores, as leis morais do cosmos — tudo isso discutimos como possibilidades. Mas as perguntas sobre o seu próprio poder, sobre a liberdade dos outros e sobre o preço das suas decisões podem ser investigadas desde já.

Esta oficina prática não pretende medir o "nível de espiritualidade" de ninguém. Não tem pontuações, etapas nem perfil correto. Seu objetivo é tornar o leitor menos dependente de afirmações bonitas, incluindo as do autor. Os exercícios funcionam melhor por escrito, e vale a pena voltar às respostas uma semana ou um mês depois. Às vezes a mudança numa resposta vai importar mais do que a posição de partida.

Exercício 1. Encontro com o fazedor de milagres

Imagine que amanhã surja diante de você um ser que prevê acontecimentos com precisão comprovada e demonstra capacidades físicas até então impossíveis. Ele diz que criou o seu Universo e exige de você um ato que contraria a sua consciência. Escreva a sua resposta em três versões.

- Na primeira versão, você tem certeza absoluta de que esse ser é Deus.
- Na segunda, você tem certeza apenas do poder dele, não da sua origem.
- Na terceira, você nem sequer sabe se ele lhe quer bem.

Agora compare as respostas. O que mudou? Por quê? Que fatos poderiam mudar a sua decisão? Há atos que você recusaria por mais poderoso que fosse quem se dirige a você? Se sim, em que se baseia esse limite? Se não, o que afinal protege você da ordem de quem é mais forte?

Uma pergunta para a margem. O que precisa ser provado antes que a força se torne autoridade moral?

Exercício 2. O preço da palavra “necessário”

Lembre-se de uma decisão que você justificou com as palavras “não havia outra saída”. Pode ser um conflito, uma demissão, um rompimento, um castigo, uma decisão de negócios. Não é preciso revelá-la a ninguém. Divida uma folha em três colunas: as alternativas que você de fato examinou; as que descartou sem examinar; e quem arcou com a maior parte do custo.

Tente descrever o que aconteceu pelos olhos de alguém que não participou da decisão, mas teve de viver com as suas consequências. Não é preciso se apresentar como vilão nem como herói. Basta distinguir com honestidade uma limitação objetiva dos limites da sua própria imaginação.

Exercício 3. Mapa do que eu crio

Escolha cinco coisas que surgiram ou mudaram graças a você: uma relação, um projeto, um negócio, um texto, um hábito, um

espaço, uma comunidade. Para cada uma, responda a quatro perguntas: o que exatamente você criou; de quem eram os recursos que usou; até que ponto a criação é capaz de existir sem controle constante; e a vida de quem ela tornou mais fácil ou mais difícil.

Depois escolha um caso em que a sua tentativa de controlar o resultado o impediu de se desenvolver. Seria possível ter criado de antemão regras que permitissem aos outros participantes influir no que acontecia? Se não, por quê, exatamente?

O nó da prática. A medida da criação não é só o que passou a existir, mas também o que ganhou a possibilidade de viver sem você.

Exercício 4. Três projetos de universo

Volte agora aos três universos possíveis do capítulo doze: o totalmente ordenado, o radicalmente livre e o livre que limita o sofrimento desnecessário. Não escolha simplesmente o mais agradável; escolha aquele por cuja criação você poderia responder diante de quem um dia viverá nele.

Formule cinco regras fundamentais para o seu mundo. Depois argumente contra si mesmo: imagine um habitante a quem essas regras causam dano. Como ele pode contestá-las? Pode sair do sistema? É admissível mudar as leis sem o consentimento de quem elas afetam? Se o seu mundo é feito de tal forma que nenhuma queixa pode alterar o projeto do criador, por que ele seria algo mais do que uma bela ditadura?

Exercício 5. A dúvida de que não gosto

Escolha uma convicção da qual lhe é psicologicamente difícil abrir mão. Pode ser uma ideia religiosa, uma posição política, uma imagem de si mesmo ou uma afirmação deste livro. Escreva

o argumento mais forte contra ela — sem zombaria e sem enfraquecer de propósito a posição contrária. Peça a um opositor imaginário que corrija o seu resumo até que ele o aceite como justo.

Em seguida, formule quais observações você aceitaria como motivo suficiente para rever essa convicção. Se não existem tais observações em nenhuma circunstância, chame honestamente a sua posição de fé, escolha moral ou compromisso pessoal — mas não de conhecimento verificado.

Doze perguntas que continuam em aberto

1. Se o bem não é uma propriedade física do Universo, pode ainda assim ser uma propriedade objetiva das relações entre mentes?
2. O que separa uma transformação necessária de uma crueldade justificada? A primeira é possível sem a segunda?
3. Um criador deve ter direitos sobre o que criou só porque, sem ele, isso não existiria?
4. O status moral de uma mente pode depender do tempo que ela existe?
5. Se todo "eu" é manifestação de uma única fonte, isso reforça o dever de cuidarmos uns dos outros ou o enfraquece?
6. Em que a iluminação difere da certeza psicológica, se não temos um modo independente de verificar o seu conteúdo?
7. Onde termina a confiança útil num mestre espiritual e começa a entrega a ele da sua própria responsabilidade?
8. Existe uma força moral que não se mede pela capacidade de vencer ou de subjugar?
9. A capacidade de criar criadores autônomos é mais elevada que a de criar sistemas impecavelmente obedientes?
10. É possível um mundo com liberdade plena, mas sem as formas extremas de sofrimento evitável?
11. Se os criadores formam uma rede, que regras poderiam resolver as disputas entre eles sem um juiz supremo?

12. Que liberdade você está disposto a dar à sua própria criação, mesmo sabendo que um dia ela vai discordar de você?

Rascunho de uma ética pessoal do criador

Este texto pode ser contestado e reescrito. Foi pensado menos como juramento do que como ponto de partida para você formular os seus próprios princípios.

Reconheço os limites do meu conhecimento. Por isso não transformo nem a minha voz interior, nem a revelação alheia, nem o meu próprio sucesso em prova de que estou absolutamente certo.

Distingo capacidade de direito. Poder fazer algo ainda não significa ter o direito de fazê-lo; ter criado um sistema não transforma seus participantes em minha propriedade.

Procuro decisões reversíveis antes das irreversíveis. Sobretudo quando quem vai pagar pelo erro são os outros, e não eu.

Considero a autonomia alheia um valor que tenho o dever de levar em conta. Ela pode limitar o meu projeto, mas é justamente a sua existência que faz de uma criação algo mais do que um prolongamento da minha vontade.

Deixo espaço para rever as minhas próprias ideias. Se um dia os fatos refutarem a minha cosmologia, não terei de abrir mão da minha consciência junto com ela.

A última página. Um mapa inacabado

Sobre a mesa fica uma folha de papel, e nela não há nenhum desenho definitivo do universo. Num canto, o carro de guerra de Arjuna. No outro, o quadrado de uma janela onde alguém, ao entardecer, discutia com a ideia de Deus. Entre eles, jardins, oficinas, vidas invisíveis, mundos na prancheta, vozes em que se quer acreditar e perguntas a que não se quer responder.

Seria possível desenhar uma pirâmide por cima de tudo isso. Ou uma rede. Ou deixar a folha em branco e aceitar que, por ora, nada sabemos além das nossas próprias ideias. Mas uma distinção já é difícil de ignorar: criar e possuir, crer e obedecer, transformar e atormentar não são a mesma coisa.

Se este livro conseguiu alguma coisa, foi complicar as justificativas fáceis demais do poder, sem entregar nenhuma verdade pronta. Talvez, para começar, isso baste. Talvez o caminho de um criador comece exatamente no ponto em que ele pergunta a si mesmo pela primeira vez: “O que vai ficar mais livre depois da minha intervenção?”

Sobre o autor

Maksym Stepanenko é empresário e sócio-diretor da Innova Consulting Group. Seus interesses profissionais estão na interseção entre direito, empreendedorismo e novas tecnologias. *O Criador* nasceu de reflexões pessoais sobre consciência moral, liberdade e responsabilidade.

Dados da edição

Primeira edição em português do Brasil · Ottawa, Canadá · 2026

Traduzido do russo. Título original: *Творец. По ту сторону повиновения* (2026).

Concepção e questões filosóficas: Maksym Stepanenko. O texto literário do original e esta tradução para o português foram preparados com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial.

© 2026 Maksym Stepanenko. Todos os direitos reservados.